

ACOLHIMENTO DO ENFERMEIRO À POPULAÇÃO TRANSEXUAL: RELATO DE EXPERIÊNCIA

Karla Romana Ferreira de Souza¹; Carla Andreia Alves de Andrade²

Universidade de Pernambuco¹, Universidade Federal de Pernambuco²

O objetivo deste relato de experiência foi apontar a importância do acolhimento e do uso do nome social das pessoas transexuais quando procuram assistência de saúde em um hospital de referência ao processo Transsexualizador no Nordeste. Este público ao buscar os serviços de saúde muitas vezes vem com o objetivo de uma adequação corporal, como a cirurgia de mudança de sexo e acompanhamento hormonal. O acolhimento que a Enfermagem promove visa identificar as necessidades de saúde de maneira integral, não apenas quanto às questões da adequação, realizada durante consultas de enfermagem para o atendimento e dispensação de hormônios sexuais para população transexual. A dificuldade de acesso aos serviços de saúde faz com que essa população já venha com o processo de adequação corporal iniciado na clandestinidade ou através de internet e grupos de amigos.

Descritores: Pessoas Transgêneros; Enfermagem; Saúde; Acolhimento.

Introdução

Nos últimos anos observa-se um crescimento do movimento de lésbicas, gays, bissexuais, transvestis, transexuais e transgêneros (LGBTTT), reivindicando por direitos sociais e de saúde. Entretanto, no tocante à transexualidade, o cenário brasileiro atual tem suscitado diversas discussões que envolvem a temática da identidade de gênero e a formalização de políticas públicas, que garantam o acesso a ações e serviços de saúde. (SAÚDE EM DEBATE, 2013).

A nomenclatura transexualismo é utilizada para definir pessoas que vivem em desacordo entre o sexo biológico e o sexo psicológico, ou seja, entre o corpo e a subjetividade. As pessoas transexuais desejam viver como uma pessoa do seu sexo biológico oposto. (SAMPAIO E COELHO, 2013).

Para a Organização Mundial da Saúde, a partir de 1993, pela Classificação Internacional de Doenças (CID-10), os (as) transexuais são pessoas que apresentam um Transtorno de Identidade Sexual. Em 1994, com a publicação do DSM IV (Manual Diagnóstico e Estatístico das Doenças Mentais), o termo transexualismo, foi substituído por Transtorno de Identidade de Gênero (ARÁN, MURTA E LIONÇO, 2009).

Atualmente dois novos acontecimentos demandam discussão: o Projeto de Lei 5002/2013, sobre o direito à identidade de gênero, e a retirada do Transtorno de Identidade de Gênero do

Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais DSM V. (SAMPAIO e COELHO, 2013). A outra perspectiva a se observar, diz respeito aos aspectos legais, para a mudança do prenome alguns magistrados têm exigido a cirurgia de transgenitalização. Entretanto, tal exigência não é unânime, havendo alguns juízes que autorizam a mudança do nome sem que se faça a cirurgia. (SAMPAIO E COELHO, 2012).

A falta de preparo dos profissionais de saúde e mesmo a ausência de interesse sobre o assunto, gera desrespeito a própria legislação vigente, como ocorre no caso do direito ao uso do nome social, fato recorrente nos serviços de atendimento. O que poderia ser evitado apenas com uma observação desprovida de preconceito na capa do prontuário e cartão de atendimento seria suficiente para promover o respeito ao nome social, conseqüentemente à pessoa que está aguardando cuidados de saúde.

Dessa forma, o presente estudo objetivou relatar experiência da enfermagem no serviço de acolhimento à população transexual no estado de Pernambuco, em um hospital universitário.

Metodologia

Trata-se de um estudo descritivo do tipo relato de experiência, acerca da atuação do enfermeiro no acolhimento de enfermagem aos usuários transexuais.

Relato de experiência

As mulheres transexuais são vítimas de diversos atos de violência pelo fato de trazerem em seus corpos as marcas da subversão às normas regulatórias do sexo sendo, portanto, expostas, a condição de vulnerabilidade social.

O relato de uma mulher trans durante a consulta de enfermagem e atendimento para dispensação dos hormônios caracteriza tal situação que é vivenciada constantemente por essa população quanto ao não cumprimento da utilização do nome social nos prontuários.

A identificação pelo nome social em todos os documentos dos usuários, o que inclui o cartão SUS, é um direito que foi garantido desde 2009 pela carta de Direitos dos Usuários do SUS. Sendo direito do usuário ser identificado e atendido nas unidades de saúde pelo nome de sua preferência, evitando com isso que o nome de identificação do usuário seja motivo de constrangimento e exposição à situação vexatória.

(...)“ele é cego é, sou uma mulher e no cartão está escrito o nome de uma mulher”.

Foi como se deu início este relato de experiência, onde a paciente adentrou o ambulatório já se queixando de como havia sido chamada diante dos demais pacientes que aguardavam o chamado para as suas respectivas consultas.

Aspectos importantes para o acolhimento a população LGBT e as várias expressões da sexualidade e do gênero, começa pelo respeito ao nome social, isso significa o reconhecimento da possibilidade daquela diferença, reconhecendo a existência do outro na sua diferença. Outra questão, é o respeito a autodenominação, as pessoas são muito mais que as normas que são impostos na sociedade. Há na nossa sociedade uma normatização, que fecha as possibilidades da expressão da sexualidade para além da heterossexualidade.

A heterossexualidade é a expressão legitimada em nossa sociedade e a ciência convencionou que o sexo determina o gênero e o desejo sexual das pessoas. Atualmente discutir e o perceber que isso é uma construção social, porque as diferenças subvertem essa lógica normativa. Essas normas não dão conta da diversidade humana, porque se assim fosse não teríamos essas diversidades. Portanto, essa relação compulsória entre corpo e gênero, precisa ser entendida o caráter político e social dessas normas, porque não permite as possibilidades consequentemente serão negadas e excluídas pessoas dos seus direitos sociais, de saúde e educação.

Por isso, é preciso estar atento para o respeito a essas diferenças no sentido de legitimar o direito das pessoas. A mudança de concepção reconhecendo que a sexualidade é diversa e as pessoas têm o direito de se expressarem e o incômodo em relação a diferença, é que precisa ser tratado porque geram violências, agressões pelo o que o outro é.

Considerações finais

Está sendo cada vez mais possível discutir a promoção da saúde em uma dimensão integral para a população transexual que consiste em estabelecer um debate entre as questões de gênero como construção social e a sexualidade humana. Entretanto, para subsidiar a proposta de promoção à saúde é preciso que os profissionais dos serviços de saúde entendam a necessidade dessa população como uma questão de cidadania e garantia de direitos resguardados, inclusive, pela Constituição Federal.

A transexualidade é uma realidade e deve ter suas necessidades de cuidados atendidas, devendo o profissional enfermeiro ser capaz de desenvolver práticas educativas, de acolhimento, que ultrapasse a visão de cura da doença, da visão patológica e do modelo biomédico. Para isso sua

prática deve ser fundamentada em conhecimento científico de maneira que o cuidado possibilite a melhoria da saúde do indivíduo e da comunidade

O protagonismo do enfermeiro durante as consultas de enfermagem possibilita a promoção da educação em saúde, que no contexto do cuidado e das orientações objetiva prestar uma assistência integral e humanizada, pautada nas políticas públicas, principalmente na política nacional de saúde integral de lésbicas, gays, bissexuais, travestis e transexuais.

Referências

FREIRE, E. C; ARAUJO, F. C. A; SOUZA, Â. C; Marques, D. A clínica em movimento na saúde de TTTS : caminho para materialização do SUS entre travestis , transexuais e transgêneros. Saúde em Debate. 2013; 37: 477–484.

ARÁN, M.; MURTA, D.; LIONÇO, T. Transexualidade e Saúde Pública no Brasil. Cienc. Saúde Colet. 2009; 14(4): 1141-9.

SAMPAIO, L. L. P., & COELHO, M. T. Á. D. Transexualidade: Aspectos psicológicos e novas demandas ao setor saúde. Interface: Communication, Health, Education. 2012; 16(42): 637–649.

SAMPAIO, L. L. P., & COELHO, M. T. Á. D. A TRANSEXUALIDADE NA ATUALIDADE: DISCURSO CIENTÍFICO, POLÍTICO E HISTÓRIAS DE VIDA. In III Seminário Internacional Enlaçando Sexualidades. Salvador: UNEB. 2013.